

KOFI ANNAN

COM NADER MOUSAVIZADEH

Intervenções

Uma vida de guerra e paz

Tradução

Donaldson M. Garschagen

Renata Guerra



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2012 by Kofi A. Annan

Todos os direitos reservados

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Interventions: A Life in War and Peace

Capa

João Baptista da Costa Aguiar

Foto de capa

Richard Kalvar/ Magnum/ Latinstock

Preparação

Oficina de Criação

Índice remissivo

Gabriela Ubrig Tonelli/ Verba Agência Editorial

Revisão

Huendel Viana

Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Annan, Kofi A.

Intervenções : uma vida de guerra e paz / Kofi Annan, com Nader Mousavizadeh ; tradução Donaldson M. Garschagen, Renata Guerra. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

Título original: Interventions : A Life in War and Peace.

ISBN 978-85-359-2258-5

1. Annan, Kofi A., 1938 - 2. Estadistas - Gana - Biografia 3. Nações Unidas - Biografia 4. Política internacional I. Mousavizadeh, Nader II. Título.

13-02587

CDD-341.23092
-327.2092

Índices para catálogo sistemático:

1. Gana : Estadistas : Missão como secretário-geral : Organização das Nações Unidas 341.23092
2. Gana : Estadistas : Nações Unidas : Missão como secretário-geral : Relatos pessoais : Relações internacionais : História : Política mundial 327.2092

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Lista de siglas	9
Prefácio	13
<i>O alcance da intervenção</i>	
Prólogo	20
<i>Mantenedor da paz, construtor da paz</i>	
1. Independência	35
<i>As origens africanas</i>	
2. Promessas a cumprir	50
<i>Somália, Ruanda, Bósnia e as atribuições da paz num mundo de guerra civil</i>	
3. Soberania e direitos humanos	109
<i>Kosovo, Timor Leste, Darfur e a responsabilidade de proteger</i>	

4. Nações Unidas para os povos	169
<i>Transformar a governança global e restabelecer o império da lei</i>	
5. O destino do continente	197
<i>Guerra e paz na África</i>	
6. Uma redefinição de segurança humana	253
<i>A luta global contra a pobreza e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</i>	
7. A linha de fratura do mundo	302
<i>A paz no Oriente Médio</i>	
8. As guerras do Onze de Setembro	374
<i>Terrorismo, Afeganistão, Iraque e as Nações Unidas à beira do abismo</i>	
Epílogo	436
<i>Sonhos de um realista</i>	
Índice remissivo	443

1. Independência

As origens africanas

Meu pai, Henry Reginald Annan, não era um rebelde por natureza. Executivo ganense de uma empresa comercial europeia, maçom e anglicano numa cultura de tribos e cultos ancestrais, chefe tribal num tempo de mudanças radicais, ele não era homem de extremismos. Ainda assim, deu nomes africanos a todos os filhos, uma notável excentricidade tratando-se de um homem de sua formação e sua posição na Costa do Ouro das décadas de 1930 e 1940. Para ele, não havia contradição alguma em ter uma identidade africana e uma visão de mundo europeia, em ser ao mesmo tempo nacionalista e tradicionalista, em defender mudanças políticas e apoiar valores como respeito, dignidade, disciplina e trabalho árduo, que sempre pautaram sua vida e sua carreira. Dando a seus cinco filhos os nomes de Nana Essie, Essie, Kofi Atta, Efu Atta e Kobina, ele fez uma aposta inequívoca num futuro africano independente e digno para sua prole.

Para H. R., como ele era chamado pelos amigos e conhecidos, trocar de lado — e depois voltar — era algo inerente à sua

vida, à sua herança cultural e à sua visão política. H. R. recusava-se a escolher — fosse entre mudança radical e continuidade, tradicional e moderno, tribal e nacional, etnia fante e etnia axânti, africano e europeu. Pelo contrário, insistia em que a única espécie de mudança sustentável para a autodeterminação seria a que honrasse o patrimônio cultural, orgulho do povo ganense, e garantisse uma sociedade equilibrada capaz de se manter com as próprias pernas e fazer da independência um sucesso. Ele conseguia ser ao mesmo tempo um pilar da sociedade estabelecida e um construtor de círculos que ultrapassavam as barreiras de tribo, classe e profissão.

Homem de negócios que ia trabalhar todos os dias de terno escuro e gravata, ao lado de gerentes europeus, em casa ele era também um tradicionalista, apoiado na família de minha avó em Kumasi. Numa sociedade em que as pessoas se identificavam intimamente com uma tribo e uma aldeia, ele era produto do casamento de um fante e uma axânti, e entre suas esposas havia mulheres fantes e axântis. H. R. tinha quatro esposas que lhe deram cinco filhos, entre eles eu e minha irmã gêmea, Efua.

Meu pai trabalhava como executivo da United Africa Company, uma subsidiária da Lever Brothers, multinacional anglo-holandesa que mais tarde ficaria conhecida mundialmente como Unilever. Por causa de seu trabalho, nos mudamos de uma cidade para outra durante toda a minha infância — Kumasi, Accra, Bekwai, Koforidua, Nsawan, Nkakaw —, e nesse panorama em que se sucediam lares e comunidades, nenhuma parte de Gana era estranha para nós. Minha mãe, Rose, morava em Cape Coast com minha meia-irmã Ewura Efua. Minha irmã gêmea, Efua Atta, e eu acompanhamos muito pouco o crescimento dela. No início da adolescência, fomos para um internato em Cape Coast. A referência constante durante aquele período nômade era a casa da família em Kumasi, para a qual sempre voltávamos, juntando três

gerações de tias e tios. Nos muitos momentos de instabilidade na infância, sempre havia alguém a quem recorrer em busca de orientação e afeto, e nessas ocasiões nos passavam mensagens sutis por meio de provérbios tradicionais. Um desses provérbios era “Não bata na cabeça de uma pessoa se seus dedos estiverem entre os dentes dela”, que nos lembrava que mesmo brigando permanecíamos ligados uns aos outros.

Cada dia trazia à nossa casa um novo rosto, uma língua ou uma tradição tribal nova, e nos dava uma lição sobre a riqueza da mescla de culturas e povos. Fomos assim criados como não tribais numa sociedade tribal, como moderados numa era de ativismo político radical, como conciliadores num tempo de divisões.

Essa era a Costa do Ouro no fim da década de 1930 e durante a seguinte, quando uma pequena colônia britânica da África Oriental ficou tomada pela perspectiva de independência. Crescer nos anos de ocaso da Costa do Ouro — destinada a tornar-se o primeiro país independente da África subsaariana, com o nome de Gana — era experimentar uma completa mudança cultural e social. Quando eu tinha dez anos, em 1948, o movimento de independência estava à toda, e nos anos em que me tornava adulto, Gana despontava como uma república livre, na vanguarda da emancipação africana, que em apenas dois anos incorporaria dezesseis novas nações à Organização das Nações Unidas.

Para os ganenses, aqueles foram dias extraordinariamente esperançosos e promissores, com a expectativa de que a África estava a ponto de decolar, e que finalmente teríamos a oportunidade de criar por nós mesmos tudo aquilo de que acusávamos a potência colonial de nos negar. Para mim, a maioria civil foi indissociável da luta pela independência. A política tinha um significado e um propósito que ia além da tribo, da ideologia ou da

divisão de despojos que se tornou a norma em muitas outras sociedades africanas. A mobilização da sociedade era completa, já que, a seu modo, todos se uniam à luta para concretizar a independência. Líderes do movimento, que foram parar na cadeia, firmaram-se no futuro como primeiros-ministros, juizes e chefes militares.

Em Gana, o processo de descolonização definiu-se mais como uma luta entre grupos dentro do país do que uma luta de negros contra brancos. O mosquito cuidou disso. Embora o comércio de escravos tenha vicejado ao longo de séculos, havia muito poucos colonos brancos, por causa da malária e da febre amarela. Assim, a luta se dava entre ganenses — radicais e gradualistas — e meu pai tornou-se uma figura de destaque entre os que buscavam as mudanças por meio de um processo de transformação gradual e seguro.

A luta pela independência de Gana caracterizou-se por esse dualismo entre o tradicional e o moderno, os instruídos e a classe trabalhadora, os axântis e as tribos litorâneas. Como em muitas outras colônias africanas, foram os soldados que voltavam da Segunda Guerra Mundial, depois de servir no Exército britânico, que começaram a questionar mais radicalmente as iniquidades das práticas coloniais. Eles viram soldados britânicos brancos, ao lado dos quais tinham lutado e derramado seu sangue, receberem generosas pensões, terras e outros benefícios na África — e nada disso foi oferecido aos africanos. Junto com líderes destacados dos profissionais liberais ganenses — advogados, médicos, engenheiros —, esses veteranos deram início à campanha pela independência. Como membros conservadores da sociedade — por definição, os que tinham status, bens e privilégios, mesmo sob o governo colonial — eles buscavam uma mudança de regime cautelosa e metódica. O lema da independência era significativo: “Passo a passo”.

Foi esse o grupo que fundou o partido Convenção Unida da Costa do Ouro (CUCO) e indicou para o cargo de secretário um ativista combativo e corajoso chamado Kwame Nkrumah. Membro de uma das menores tribos de Gana e filho de um ourives de aldeia, Nkrumah, educado nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, trouxe para a causa da independência uma impaciência e uma paixão que não puderam, no fim, conviver com o gradualismo da elite ganense. Cansado da arrogância dessa elite e de seu desdém pelo que ela considerava sua massa de manobra, Nkrumah rompeu com a CUCO e fundou o Partido da Convenção do Povo. No entanto, Nkrumah tinha mais do que impaciência: tinha uma aguda visão estratégica e uma capacidade de organização das massas que ultrapassavam em muito as de seus antigos correligionários. Em pouco tempo tornou-se o líder incontestado da independência de Gana.

Para meu pai — um dos poucos executivos comerciais africanos de uma empresa europeia, um dos líderes da CUCO e amigo do rei axânti, o *asantehene* —, aquele foi um período de prudência e equilíbrio. Nossa casa tornou-se ponto de reunião de dirigentes da CUCO — a tal ponto que os ativistas de Nkrumah faziam manifestações no parque que ficava do outro lado da rua. Jovem que era, fui profundamente influenciado pelas discussões que tinham lugar, em minha casa, entre meus pais e seus amigos, mas, ao mesmo tempo, me sentia emocionalmente atraído pela paixão e pela urgência do apelo de Nkrumah em prol da “independência já”. Algumas de suas afirmações — que devíamos andar com nossas pernas, que devíamos ter nosso destino em nossas mãos — encontraram profundo eco em mim.

Tudo isso me ensinou, de uma forma que só a experiência é capaz, que uma mudança pacífica — ainda que transformadora — é possível. Depois de ver assumirem seus cargos o primeiro delegado de polícia ganense e o primeiro comandante ganense do

Exército, de repente nada mais parecia impossível. Uma sensação de orgulho e, principalmente, de oportunidade tomou conta de todos os de minha geração. Como tive uma educação que me levou aos Estados Unidos e à Europa, e um início de carreira em que trabalhei na Organização Mundial de Saúde (OMS), em Genebra; na Comissão Econômica das Nações Unidas, em Adis Abeba; na sede das Nações Unidas, em Nova York; na Força de Emergência das Nações Unidas, baseada no Cairo; e na Empresa de Desenvolvimento do Turismo de Gana, a crença na mudança transformadora permanecia firme.

Em Gana, como em outros países africanos que chegavam às portas da libertação, a luta pela independência levou à criação de um movimento nacional em oposição aos partidos políticos no sentido mais tradicional. Depois da independência, os líderes afirmaram que o povo devia se unir numa organização nacional única, com o inevitável resultado de um estado unipartidário. A CUCO representava algo além de uma simples contraposição às ideias de Nkrumah sobre a oportunidade e a maneira de chegar à independência: era também uma crença arraigada em valores e práticas tradicionais com fortes raízes entre os ganenses comuns. Foi uma bênção para Gana que ambos os lados tenham procurado ampliar o mais possível sua base de apoio e, por isso, nunca tenham baseado seu apelo em questões tribais, poupando o país dos traumas dos conflitos entre tribos que atormentaram tantos de seus vizinhos no continente.

Essa diferença de perspectiva e de experiência refletiu-se também no interior de Gana — entre as tribos concentradas no litoral e na região norte e os axântis do centro do país, com sua capital em Kumasi. Embora minha família fosse uma mistura de fantes e axântis, eu nasci em Kumasi, coração da nação axânti e principal área de influência e da atividade econômica de meu pai. Como os axântis sempre tiveram grande autonomia — e não vi-

veram a relação diária com comerciantes e soldados europeus que era comum no litoral —, também tinham sofrido muito menos que outras tribos ganenses os preconceitos e a arrogância de uma Europa racista no tratamento que dispensava aos africanos.

Em Kumasi, as pessoas não se sentiam subservientes ou inferiores em relação aos comerciantes europeus, nem provavam tanto, como a população de Accra, o sabor da discriminação racial. Pelo contrário, sentiam muito orgulho das conquistas do reino e de seu temperamento combativo, por terem continuado lutando contra os britânicos durante um longo período depois da derrota das tribos litorâneas, até sua rendição e anexação à colônia, em 1902. Ao contrário das tribos litorâneas de Gana — e, mais ainda, dos povos da África Oriental, dominados por uma grande população de colonos europeus —, os axântis não eram criados com uma noção de limite ao que podiam fazer.

Embora os axântis fossem conhecidos como um povo guerreiro, capaz de confrontar os britânicos e dominar outras tribos, em seu seio davam prioridade ao acordo e à negociação. Com efeito, o rei axânti não tinha seu próprio Exército. Precisava convencer tribos e subtribos a contribuir com soldados em tempos de guerra ou crise.

Essa tradição de persuasão política e de contribuição para uma causa maior, por meio do diálogo e da negociação, lançou raízes profundas na sociedade ganense e moldou os hábitos de coexistência pacífica. Mais tarde, depois da independência, quando meu pai foi nomeado ministro regional da região axânti, ele foi capaz de dar continuidade a essa tradição mantendo um sensato equilíbrio entre os interesses do Estado e os do rei axânti, com quem desenvolveu uma profunda relação de confiança e amizade. Era preciso conciliar os métodos do governo republicano com as estruturas tradicionais de autoridade. Para alguém que

sempre tinha acreditado na coexistência desses modos de vida, ele estava em seu elemento.

De muitas maneiras, meu pai personificava as possibilidades e os conflitos que sua condição favorecia. Como profissional proeminente de sua comunidade, estava profundamente envolvido com a maçonaria e com a Igreja anglicana. Trabalhando lado a lado com executivos europeus na United Africa Company — e sendo tratado com total igualdade como profissional e companheiro de trabalho —, ele representava o homem de negócios africano diante de europeus que, habituados a uma tradição de domínio e superioridade, muito lentamente começavam a entender as dimensões da mudança que se via no horizonte.

Ser capaz de fazer ambas as coisas — participar da luta pela independência do país, como um dos líderes da CUCO, e manter o compromisso profissional com uma empresa colonial — exigia paciência, serenidade e capacidade de enxergar valor e mérito em contextos diversos. Com gerentes britânicos de um lado e revolucionários ganenses do outro, ele precisou dosar cuidadosamente seus valores e suas responsabilidades, sem nunca comprometer sua dignidade. Tudo isso fez dele um homem disciplinado, com pouca tolerância à fraqueza e à covardia.

Meu pai representava uma tradição cultural mais profunda de paciência, negociação e reconciliação. Para nós, ganenses, a ideia africana da “árvore de parlamentação” — a *palaver tree* — sempre fez parte tangível de nossa herança cultural e foi fonte de relativa paz e harmonia para uma infinidade de tribos e religiões. Um lugar de reunião e debate, para procurar a conciliação e resolver disputas, para construir pontes sobre as diferenças e promover a unidade — esse era o sentido da árvore da parlamentação. É claro que essa tradição coexistiu com séculos de guerras entre os axântis e outras tribos, quando a conciliação era inalcançável e se recorria à força. Mais recentemente, nas primeiras dé-

cadras da república, uma série de golpes militares que marcaram o caráter do país e atrasaram seu desenvolvimento mostrou nossa capacidade de trair nossa herança cultural.

No entanto, o ato de conversar debaixo de uma *árvore de parlamentação* simbólica tem ressonância até hoje, na Gana do século XXI. Se um grupo de pessoas tem um problema e não consegue achar uma solução, reúne-se outra vez no dia seguinte e continua conversando até encontrar a solução. As pessoas podem divergir quanto a comportamentos e posições, mas nunca recorrem a chamar um oponente de desprezível. Essa ideia se estende à relação entre as tribos e seus chefes tradicionais, que devem prestar contas em casos de abuso de poder e de arrogância, e pode até levar à substituição de chefes que perderam a confiança e o respeito de seu povo.

Aos treze anos, quando fui para o internato, eu já tinha sido apresentado a um amplo leque de acontecimentos e influências que sedimentariam uma base de confiança, tolerância e disciplina. Com meu pai, tinha aprendido que é possível manter uma mentalidade independente mesmo numa encruzilhada histórica tão determinante quanto a independência do país, e que é essencial uma perspectiva crítica num mar de supostas certezas e absolutos. Ele me ensinou que embora as pessoas insistam em escolher um dos lados, e que deve ser isto ou aquilo, há outro caminho, mais compatível com um mundo tão complexo. Sua própria vida foi definida pela coexistência de tribos e línguas, de lugares e objetivos — a mistura de patrimônio cultural e esperança que poderia levar a África a um novo começo, centrado na dignidade.

Eu era membro da “turma da independência” de 1957 no internato, o Mfantipim, na cidade de Cape Coast, e para mim e meus colegas a política e o destino de nosso país nunca nos saíram

da cabeça. Se o grande feito do Mfantsipim foi reunir adolescentes de todas as tribos e regiões de Gana e fazer de nós todos jovens cidadãos de um Estado que nascia, a vida na escola, no entanto, refletia a profunda divisão que existia na época entre os mais afoitos nacionalistas e os gradualistas, conhecidos então como “democratas”.

O Mfantsipim, a mais antiga escola de Gana para meninos, foi fundado por metodistas e adotava o currículo-padrão de uma escola britânica, mas já estava sendo dirigida por africanos. Usávamos uniforme cáqui, shorts mas não gravata, exceto aos domingos, dias em que vestíamos terno branco. Todas as manhãs nos reuníamos para rezar no alojamento; nos domingos, as orações duravam mais tempo. Era tudo espartano: pequenas carteiras de madeira, pisos de pedra, paredes nuas, telhados de ferro corrugado. Valorizava-se o estoicismo, além do estudo e do caráter.

Por mais que os professores tentassem manter nossa atenção nos estudos, a luta pela independência infiltrava-se em cada lição, em cada discussão, em cada debate durante o recreio. Um de nossos passatempos prediletos era imitar os debates dos mais velhos sobre o modo e o melhor momento de conquistarmos a independência, com facções defendendo argumentos opostos. Também simulávamos eleições parlamentares, e eu, como “vice-líder da oposição”, defendia a posição gradualista em debates com nacionalistas apaixonados no outro lado. Logo ganhei o apelido de “Annan-Domo”, em decorrência de minha afinidade com o lado democrático, que era também a posição com a qual meu pai era publicamente identificado.

Nem sempre era uma posição fácil entre jovens impacientes para mostrar poder e autoridade, e com certeza eu compartilhava a admiração deles pela tenacidade e a coragem de Nkrumah. Nesses anos, vimos ocorrer grandes mudanças. De repente, o governador-geral britânico foi embora. Um ganense tornou-se

presidente, de modo que crescemos acreditando que as mudanças, até as monumentais, são possíveis.

Quando deixei o exigente mas acolhedor ambiente do Mfant-sipim para frequentar a Universidade de Ciência e Tecnologia em Kumasi, levei comigo, mais que qualquer outra coisa, a paixão pela política e pelo debate num tempo de mudanças radicais e, para muitos de nós, inimagináveis. Em Kumasi, entrei para a União Nacional dos Estudantes Ganenses e pouco depois, como vice-presidente da entidade, fui convidado a participar de uma conferência em Serra Leoa, como representante do movimento estudantil de Gana. Rapazes e moças de toda a região se envolviam em discussões acaloradas sobre o futuro daqueles países, a luta pela independência e o que aconteceria depois.

Estava presente à conferência o representante de um programa da Fundação Ford para estudantes estrangeiros que tinha como propósito identificar jovens dos países em desenvolvimento com potencial de liderança e oferecer-lhes uma oportunidade de estudar nos Estados Unidos para depois voltar a seus países e contribuir para o desenvolvimento dos Estados independentes. Ofereceram-me uma bolsa para o Macalester College, em Minnesota — um estado americano em que o clima, o ambiente social e a configuração racial não poderiam ser mais diversos que os da minha Gana natal. Minha família sonhava com o dia em que eu voltaria para realizar grandes coisas em benefício de minha nova nação, aproveitando a educação que recebera nos Estados Unidos. Eu tinha a mesma ideia. Na minha cabeça, a educação era indissociável da prestação de serviços. Nunca imaginei, da mesma forma que meus pais, que meu afastamento de Gana se tornaria quase permanente, ou que os Estados Unidos desafiassem meu pensamento de tantas maneiras.

Privilegiado por ter sido criado numa família estável e segura, e por haver frequentado uma escola que abriu meus olhos

para a força do saber e da cultura, eu não estava, no entanto, imune à herança venenosa do colonialismo e de sua hierarquia baseada na raça. Uma experiência nesse sentido veio do empregador de meu pai — e desencadeou nossa primeira desavença séria como pai e filho. No começo de minha carreira profissional, quando eu trabalhava na Organização Mundial de Saúde, em Genebra, fui procurado pela Unilever — suspeito que a pedido de meu pai — e convidado a trabalhar para eles na África. Em vez de me mandar para Gana, eles sugeriram que eu comesse a trabalhar na Nigéria, o que, em princípio, não teria sido problema. O mal, no entanto, estava nos detalhes.

Enquanto outros funcionários enviados a países que não o seu tinham contratos especiais, com moradia e outros benefícios por conta da empresa, eu seria tratado como natural do país, já que eu era, nas palavras deles, “da região”. Minha educação americana, minha criação ganense e minha experiência internacional trabalhando para a OMS não tinham me preparado para aceitar tratamento tão desigual. Eu tinha de ser tratado como funcionário enviado a outro país, um ganense na Nigéria.

Mas para a empresa eu era “da região”. Sendo assim, recusei a oferta de emprego. Não seria desse modo que eu ia começar minha carreira como profissional africano. Para meu pai, no entanto, minha recusa foi uma grande decepção. “Aceite o emprego e lute lá dentro por um tratamento igualitário.” Respondi que se fizesse isso estaria dando a eles todos os motivos para continuar me tratando como pessoa de segunda classe.

A essa altura eu já passara dois anos em Genebra, primeiro no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais e logo na OMS, no nível P-1 — o mais baixo na hierarquia das Nações Unidas. Em Genebra encontrei um ambiente cosmopolita e sedutor, e como aos 24 anos já tinha vivido em três culturas diferentes — a africana, a americana e a europeia —, comecei a entender que,

para mim, a noção de comunidade teria um sentido diferente daquele que teve para a geração de meu pai.

No entanto, o desejo de dar uma contribuição para o futuro de meu continente era um tema recorrente em minha vida e em minha carreira. Em 1965, depois de três anos na OMS em Genebra, entrei para a Comissão Econômica para a África (CEA), agência das Nações Unidas responsável pela promoção da integração regional e da cooperação econômica, com sede na capital da Etiópia. Naquela época, Adis Abeba lembrava a luta pela independência de Gana da minha adolescência — um lugar mergulhado na causa da unidade africana, energizado pela congregação de uma nova geração de líderes africanos. Foi a primeira era da unidade africana, muito influenciada pelas ideias de Kwame Nkrumah.

Em 1963, quando foi fundada a Organização da Unidade Africana (OUA), a entidade tinha 33 países filiados. Esse número crescia à medida que novos países se tornavam independentes e aderiam a ela. Só em 1960, dezessete países conquistaram a independência. O bloco continuou aumentando até chegar aos atuais 54 países. Nesse período, testemunhei as idas e vindas não apenas de novos presidentes e primeiros-ministros, mas também de líderes dos movimentos de libertação e combatentes pela liberdade. Todos esses líderes se reuniam para traçar um mapa do futuro da África e assegurar que todo o continente ficasse inteiramente livre. Era possível sentir a eletricidade no ar, e, para um jovem, foram dias inebriantes que deixaram uma marca permanente.

No outro lado da cidade, nós, da Comissão Econômica para a África, nos dedicávamos a pesquisar e a propor ideias para o desenvolvimento do continente africano, promovendo a integração, ou pelo menos a cooperação regional e sub-regional. Nossas conversas na CEA versavam sobre melhoramentos de infraestrut-

tura, energia, estradas e expansão da malha ferroviária, de modo que os trens pudessem cruzar fronteiras sem obstáculos. Eu não tinha dúvida de que, com a liderança e a administração adequadas, a África decolaria.

Hoje em dia, num sintomático senão trágico indicador das muitas vezes que a África “queimou a largada” na corrida pelo desenvolvimento, sabe-se que os dois principais gargalos para o desenvolvimento africano são energia e infraestrutura. Lembrar que isso já era plenamente entendido há quarenta anos é perceber como os africanos pagaram caro pelos maus governos desde então. Uma coisa é que profissionais jovens e idealistas identifiquem os obstáculos para o progresso e a forma de superá-los; outra coisa bem diversa é fazer com que os líderes enxerguem além de seus interesses pessoais e orientem os recursos de sua sociedade para o progresso de todos.

Em 1971, terminei meu mestrado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que cursei durante um período sabático dentro do programa da Fundação Alfred P. Sloan, e voltei a trabalhar para as Nações Unidas em Genebra, mas continuei buscando uma oportunidade de voltar à África. Pouco depois, me ofereceram a direção da Empresa de Desenvolvimento Turístico de Gana, ligada ao Ministério do Turismo. Assumi o cargo em novembro de 1974. O objetivo era incrementar o turismo no país por meio do incentivo ao investimento, instalação de hotéis no litoral e criação de uma zona franca que atraísse turistas para passeios e compras. No entanto, o que eu encontrei foi um país desfigurado pelos golpes militares. Gana vivia à pesada sombra de um governo militar — caracterizado por uma combinação demolidora de corrupção asfixiante e ineficácia administrativa.

Se tivesse sido apenas uma questão de obstáculos burocráticos, acho que eu teria ficado em Gana para tentar mudar o sistema. Em qualquer burocracia a maior limitação é aquela que os

burocratas impõem a si mesmos — e em Gana não era diferente. Voltei para casa com minha primeira mulher, Titi Alakija, e meus dois filhos pequenos, Ama e Kojo, e adorei a ideia de juntar-me a minha família e a meus amigos para ajudar a construir uma economia próspera. Mas os militares começaram a se intrometer em todos os aspectos da vida — no setor público e no privado, na imprensa e na cultura. Por causa disso, a economia, oprimida, se encaminhava para a paralisação. O modo como se encarava o trabalho e o complicado processo decisório conspiravam para frustrar qualquer tentativa de atividade empresarial.

Em meio às forças da inércia burocrática, do desgoverno e do autoritarismo, vi poucas possibilidades de que as mudanças tão necessárias ao progresso de Gana e da África prosseguissem. Hoje, quarenta anos depois, nessa nova geração que está se rebelando contra a conspiração de corruptos em todo o continente, reconheço a frustração e os ideais que nós, da geração anterior, sentíamos.

Em meu caso pessoal, diante de forças que eu não podia modificar, acabei concluindo que teria de dar prosseguimento a minha carreira fora do país. Minha experiência em Gana reforçou meu desejo de trabalhar numa organização internacional, na qual eu sabia que meu país — e outros países do mundo em desenvolvimento — poderiam confiar para buscar apoio e orientação. Compreendi que trabalhar para as Nações Unidas seria a melhor maneira de servir ao meu país e ao meu continente. As Nações Unidas seriam, desde então, a minha terra.